

## ALÉM DO JORNALISMO

Mark Deuze<sup>1</sup>

Tamara Witschge<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** O jornalismo desfruta de uma história rica e relativamente estável de profissionalização. Os estudiosos provenientes de uma variedade de disciplinas diferentes têm teorizado essa história, formando um corpo consistente de conhecimentos codificados em manuais nacionais e internacionais e em comentadores canônicos. Esse sonho modernista de coerência e consenso é uma falácia. Neste artigo, nós abordaremos as maneiras como as abordagens e entendimentos acadêmicos dominantes para o jornalismo não combinam com a variedade de práticas que compõem a produção de notícias. Nós desafiaremos a (auto)apresentação consensual do jornalismo - em termos de sua ideologia ocupacional, de sua cultura profissional, de sua sedimentação nas rotinas e estruturas organizacionais (redação) – e abordaremos a sua recente reconfiguração como uma forma pós-industrial, empresarial e completamente atípica de trabalho e de se estar no trabalho. Dessa forma, pretendemos traçar um caminho para fora dos limites rígidos das conceituações tradicionais do jornalismo – nós iremos para além do jornalismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Jornalismo, Centralidade da Redação, Jornalismo Pós-Industrial, Empreendedorismo, Estudos de Jornalismo, Trabalho atípico.*

**ABSTRACT:** Journalism has enjoyed a rich and relatively stable history of professionalization. Scholars coming from a variety of disciplines have theorized this history, forming a consistent body of knowledge codified in national and international handbooks and canonical readers. This modernist dream of coherence and consensus is a fallacy. In this paper we address the ways in which the dominant scholarly understanding of and approaches to journalism do not match the variety of practices that

---

<sup>1</sup> Professor de Estudos de Mídia com especialização em Jornalismo da Universidade de Amsterdam (UvA), Faculdade de Ciências Humanas. Publicações de seu trabalho incluem mais de cinquenta artigos em revistas acadêmicas e sete livros, incluindo “Media Work” (Polity Press, 2007) e “Media Life” (Polity Press, 2012). Weblog: [deuze.blogspot.com](http://deuze.blogspot.com). E-mail: [mdeuze@uva.nl](mailto:mdeuze@uva.nl).

<sup>2</sup> Universidade de Groningen, Faculdade de Letras. Tamara tem sido a Secretária-Geral da European Communication Research and Education Association (ECREA) e é membro do conselho editorial das revistas internacionais “Digital Journalism”, “New Media and Society” e “Social Media + Society”.

make up journalism. We challenge the consensual (self-)presentation of journalism – in terms of its occupational ideology, its professional culture, and its sedimentation in routines and organizational structures (cf. the newsroom), and its recent reconfiguration as a *post-industrial*, *entrepreneurial* and altogether *atypical* way of working and of being at work. In this way we aim to outline a way out of the rigid confines of traditional conceptualizations of journalism – we go beyond journalism.

**KEYWORDS:** *Journalism, Newsroom Centricity, Post-Industrial Journalism, Entrepreneurship, Journalism Studies, Atypical Work.*

## 1. INTRODUÇÃO

O jornalismo como profissão tem desfrutado de um desenvolvimento longo e estável na maior parte dos países ao redor do mundo. Mesmo sob condições de censura, pressões pela construção de um ideal de nação ou sujeito a expectativas de proporcionar uma sociedade sólida, o jornalismo é amplamente reconhecido e visto como um conjunto de valores, princípios e práticas aprovados de diferentes formas (e em diferentes contextos) e que possuem um “senso de integridade e continuidade” (HALLIN, 1992, p. 14) em todo o mundo. Da mesma forma, o campo dos estudos de jornalismo - a busca acadêmica de conhecimentos sobre o jornalismo - tem desenvolvido para o seu objeto um corpo cada vez mais sofisticado e consensual de conhecimentos, bem como uma gama variada de metodologias de pesquisa e desenvolvimentos teóricos.

Esse sonho modernista de coerência e consenso é uma falácia. Submetida a condições de tecnologia e mercado, a prática do jornalismo é (e sempre foi) algo bem diferente daquilo que é exposto em suas próprias auto-apresentações e nas formas como os estudiosos articulam o campo. Conceitualmente, bem como na prática, o jornalismo - visto como o processo e o produto do trabalho dos jornalistas – está sempre em um estado *beta permanente* (NEFF e STARK, 2004), exigindo uma ontologia do *tornar-se* ao invés de uma do *ser* (CHIA, 1995). Como Robert Chia, gostaríamos de propor uma perspectiva sobre o jornalismo como uma profissão, um conjunto de práticas institucionais, um sistema de educação, bem como um conceito teórico que privilegia “a

realidade como uma configuração processual, heterogênea e emergente de relações” (ibid., p. 594).

Neste artigo assumimos esse esforço conceitual para desafiar a representação consensual do jornalismo. Nós interrogaremos criticamente primeiro a sua ideologia ocupacional, em particular as expectativas normativas daquilo que o jornalismo deveria ser e fazer de acordo com as concepções dominantes da profissão. Em seguida, epistemologicamente, nós criticaremos a centralidade da redação nos estudos de jornalismo (seção 3), embora reconhecendo que ela continue a ser um importante ponto de ancoragem para o trabalho editorial (seção 4). No entanto, como ressaltaremos na seção 5, a redação não é necessariamente uma entidade sólida ou coerente no jornalismo pós-industrial de hoje e, por isso, defenderemos que o campo precisa desestabilizar as tradicionais conceituações sobre as organizações de notícias (seção 6). As redações são parte de instituições que devem ser vistas como sistemas abertos de atividades interdependentes através das quais inconstantes coalizões de participantes estão interligadas. Discutiremos como, nesse contexto, podemos compreender o papel do indivíduo profissional de mídia para além do limitado entendimento econômico que o coloca como um empreendedor (seção 7). Por último, na seção final, vamos abordar a conceituação reducionista e restritiva que os estudos e a educação em jornalismo tem tradicionalmente dado a um campo em fluxo e complexo. Nós faremos um apelo para uma análise mais abrangente de jornalismo que faça justiça à miríade de práticas que constituem o jornalismo para além dos indivíduos e das instituições.

## **2. O QUE O JORNALISMO (NÃO) É**

Estudantes e acadêmicos provenientes de uma ampla variedade de disciplinas têm pesquisado e teorizado o jornalismo, resultando em uma conceituação consensual e coerente do que o jornalismo é (ZELIZER, 2004). Nessa perspectiva dominante, tudo se liga logicamente a um conceito (e, em termos de investigação, um objeto ordenadamente delimitado) que é o “jornalismo” (SCHOLL, 1997). No entanto, sem pessoas que o exerçam e que falem sobre ele, tal “jornalismo” não existe.

A maior parte das definições atuais sobre o jornalismo está diretamente relacionada com as expectativas normativas sobre o que o jornalismo deveria ser e, em particular, sobre o que ele deveria fazer - o que pode ser esperado do jornalismo para o

cumprimento dessa promessa. Em conformidade com uma consideração autoritária, Michael Schudson (2003, p. 11) escreve que “o jornalismo é o negócio ou a prática de produção e divulgação de informações sobre assuntos contemporâneos de importância e interesse públicos”. Schudson, como muitos outros, vê as funções do jornalismo em termos do que ele “pode fazer para a democracia” (SCHUDSON, 2008, p. 11), uma vez que o jornalismo informa, investiga, analisa, mobiliza (particularmente em termos de incentivo de votos em eleições), fornece múltiplas perspectivas e um fórum público (para o diálogo fundamentado entre os grupos da sociedade) e publiciza a democracia representativa<sup>3</sup>.

A abordagem dominante para o jornalismo profissional como “informar os cidadãos de uma forma que lhes permita agir como cidadãos” (COSTERA MEIJER, 2001, p. 13) articula o jornalismo com uma cultura e uma ideologia ocupacional diferenciadas. A ideologia do jornalismo consistiria em cinco elementos, compartilhados como valores típico-ideais por jornalistas de todo o mundo (DEUZE, 2005). Jornalistas tenderiam a espelhar-se uns nos outros nessas normas típico-ideais, vendo a si próprios como (a) fornecedores de um serviço público; (b) imparciais, neutros, objetivos, justos e críveis; (c) trabalhadores autônomos, livres e independentes; (d) comprometidos com uma lógica operacional do imediatismo, da realidade e da velocidade (proeminente no conceito de furo noticioso); e (e) com um senso de ética, validade e legitimidade. A ideologia serviria para cimentar a profissão e poderia, portanto, ser invocada tanto como defesa contra ameaças reais ou percebidas contra as formas existentes de se fazer as coisas quanto para legitimar práticas e escolhas que podem ser tudo menos tradicionais. Essa conceituação é forte dentro do campo hoje e, portanto, parece persistir mesmo em meio a profundas mudanças e desafios para a profissão.

A ideologia ocupacional do jornalismo adquire sentido em sua cultura – posto que a cultura é vista como a maneira como um determinado grupo (ou seja, jornalistas trabalhando em um projeto específico ou dentro de um contexto específico, como uma redação, um meio, um país ou uma região) funciona e como os membros do grupo dão sentido a isso. Em uma revisão arrebatadora, Thomas Hanitzsch define a cultura do jornalismo como universalmente constituída por (a) seu papel institucional na sociedade, (b) sua epistemologia e (c) sua ideologia ética (HANITZSCH, 2007). Em

---

<sup>3</sup> Veja também a edição especial de *Journalism* sobre a relação entre jornalismo e democracia, editado por Beate Josephi (2013).

relação a seu papel como instituição, Hanitzsch considera o jornalismo como passivo ou ativo na sociedade (em relação à sua missão, valores definidos, auto-percepção e posição em relação aos lugares de poder). A epistemologia do jornalismo se expressa em suas reivindicações da (busca pela) verdade e nas maneiras pelas quais o jornalismo justifica tais reivindicações de verdade: ou referindo-se a evidências ou por meio de análise informada.

A forma como a ideologia de trabalho e a cultura do jornalismo moldam e são moldadas pelas práticas cotidianas dos trabalhadores da imprensa é um processo resistente às complexas articulações das abordagens acadêmicas para o jornalismo como profissão. O que os jornalistas fazem tende a ser visto geralmente como algo compartilhado por meio dos consensos profissionais. No mundo do trabalho, esses consensos tomam forma através de rotinas (TUCHMAN, 1973), casuísticas (BOEYINK, 1992) e socializações (BREED, 1955). Anteriormente (mas próximo) ao mundo do trabalho, eles são proferidos através de grandes e uniformes blocos de construção dos estudos e da educação para o jornalismo, codificados nos manuais, coletâneas e comentadores. Após o trabalho, (auto)biografias, hagiografias e memórias servem ao objetivo de consolidar o que é o jornalismo - em retrospecto.

Essa construção coerente e bastante hermética do jornalismo feita por educadores, acadêmicos, profissionais e estudantes, por vezes, esquece o fato de que o jornalismo é feito e refeito a cada dia por jornalistas (trabalhando) e que todas essas definições e teorias assentam-se nas construções discursivas e práticas do jornalismo feitas por seus praticantes. O jornalismo como profissão carece de limites formais, como os estabelecidos na medicina e no direito, o que faz da definição de o *que ele é* (ainda mais) sujeita a negociações constantes por parte de seus praticantes, bem como de seus observadores e críticos. Isso não quer dizer que as práticas de médicos ou advogados não estejam sujeitas a desafios ou mudanças – é apenas sugerir que reivindicar autoridade e validação em jornalismo parece ser muito mais parte de interações diárias e mundanas no mundo do trabalho, ao invés de objeto de litígio ou de debate público.

Tal como acontece com outras profissões abertas, maleáveis e em evolução, o jornalismo parece estar continuamente empenhado no trabalho de fronteiras: “os esforços para estabelecer e ampliar os limites de um domínio de autoridade institucional em relação aos *outsiders*, criando, assim, as fronteiras sociais que geram mais recursos culturais e materiais para os *insiders*” (LEWIS, 2012, p. 841). A noção de trabalho de

fronteiras sugere que os contornos que delimitam o que uma profissão é “são desenhados e redesenhados, flexíveis, historicamente mutáveis, às vezes, de forma ambígua” (GIERYN, 1983, p. 781). No jornalismo, o trabalho de fronteiras tende a ser articulado, na maior parte das vezes, nas bordas da profissão, com confrontos abertos na sua periferia percebida (CARLSON e LEWIS, 2015). As discussões sobre os elementos do jornalismo (KOVACH e ROSENSTIEL, 2014), conseqüentemente, tendem a reconhecer um núcleo mais ou menos estável de notícias quentes e confiáveis na política e na economia, de relevância pública clara, ao passo que qualquer tipo de jornalismo que se desvie ligeiramente dessa norma seja questionado quanto à sua adequação a tais ideais. Essa é uma suposição intrinsecamente problemática no caso do jornalismo, uma vez que as referências (geralmente implícitas) de um núcleo consensual (de “elementos”) excluem os marginalizados e as vozes minoritárias, bem como certas práticas e formas de jornalismo.

Isso não acontece só na prática jornalística, mas também, com frequência, no campo dos estudos de jornalismo: os acadêmicos contribuem para reificar o jornalismo como um objeto delimitado, legitimando, assim, os seus próprios preconceitos e fetiches em relação ao campo. Karin Wahl-Jorgensen considera o viés primário dos estudos de jornalismo aquele do “estudando a si mesmo”: os acadêmicos de jornalismo - muitas vezes antigos jornalistas - consistentemente optam por estudar a sociedade que eles conhecem, “prestando uma quantidade desproporcional de atenção a indivíduos de elite, organizações de notícias e práticas jornalísticas dentro delas” (2009, p. 27). Essa fetichização da mídia como certas instituições encontra ressonância nos materiais curriculares dos cursos de jornalismo, na forma dos tipos de exemplos usados, dos nomes referenciados e dos casos que são privilegiados em detrimento de outros (por exemplo, o trabalho do *The New York Times* em detrimento do de um jornal local, da *CNN* sobre uma *startup* noticiosa como a *Vice*). É claro que existem inúmeros exemplos de excelência nas pesquisas sobre jornalismo alternativo, comunitário e participativo, bem como nos trabalhos teóricos que criticam eficazmente as abordagens normativas para o jornalismo como profissão – ao invés de brigar a favor de uma apreciação mais situacional de tudo o que o jornalismo poderia ser (WAISBORD, 2013). Ainda assim, é muito difícil romper com o molde de análise de jornalismo para além do paradigma dominante, fortificado como ele é com a referência à sua importância seminal para a democracia. Como Beate Josephi argumenta, esse corolário é “muito limitante e é uma lente distorcida através da qual o jornalismo é visto no século XXI” (JOSEPHI, 2013, p.

445). As formas dominantes a partir das quais o jornalismo é visto servem para privilegiar determinados tipos de jornalismo em detrimento de outros (ZELIZER, 2013, p. 469). Ao fazê-lo, tanto jornalistas quanto estudiosos “permanecem apegados a uma compreensão profundamente moderna da profissão” (TURNER, 2005, p. 321).

A consolidação de longa data dos estudos de jornalismo nos manuais, coletâneas e coleções canônicas serve ao projeto moderno de colocar um objeto inerentemente rebelde sob controle (STEENSEN e AHVA, 2015, p. 3). É fundamental reconhecer que o suposto núcleo do jornalismo, bem como a consistência assumida do funcionamento interno das organizações de notícias é tudo menos consensual e não é necessariamente a norma. A condição contemporânea do mercado de trabalho no jornalismo e o que sabemos sobre como a maioria dos jornalistas cometem “atos de jornalismo” (STEARNS, 2013) sugere, no mínimo, um alto nível de dinamismo e pluriformidade. O legado das organizações de notícias, em particular, tornou-se uma fachada oca – quase que literalmente, uma vez que a maior parte dos jornalistas em países superdesenvolvidos como os Estados Unidos, Austrália, Holanda e Alemanha não goza mais de posições contratadas permanentemente dentro das redações. De fato, um crescente número de trabalhadores de tempo parcial, freelances e outros agentes independentes atuantes no negócio das notícias não ganham a maior parte do seu salário com o trabalho jornalístico, seja por opção, seja por terem sido forçados a uma prática híbrida e de subvenções cruzadas (WEISCHENBERG, MALIK e SCHOLL, 2006, p. 350; VINKEN e IJDENS, 2013, p. 4). Esses jornalistas são ignorados pelas pesquisas acadêmicas sobre a população de jornalistas ao redor do mundo (WILLNAT, WEAVER e CHOI, 2013). O mesmo vale para o trabalho que eles fazem, como eles o fazem e o que ser um jornalista significa para eles.

Nós temos que revisitar a questão central sobre o que o jornalismo é para as considerações conceituais - a construção normativa do jornalismo através da ideologia e da cultura reforçada em trabalhos acadêmicos e publicações profissionais - e para a prática - dada a natureza cada vez mais fragmentada, em rede e atípica do mercado de trabalho para a produção de notícias. A Federação Internacional de Jornalistas e a Organização Internacional do Trabalho observaram, em uma pesquisa de 2006 realizada entre sindicatos e associações de jornalistas de 38 países de todos os continentes, a rápida ascensão do chamado trabalho “atípico” nos meios de comunicação, documentando que perto de um terço dos jornalistas em todo o mundo não se sentem seguros no trabalho, sejam os permanentes ou os contratados sob outras condições. O



jornalismo freelance, o empreendedorismo independente e a precarização do trabalho são proeminentes, particularmente entre os jovens repórteres e os recém-chegados no campo. O que é importante notar aqui é que os profissionais que trabalham de forma atípica hoje compõem a maior parte dos jornalistas.

Antes de prosseguir, gostaríamos de reconhecer que o campo acadêmico, nos últimos anos, começou a demonstrar certo desconforto com a sua própria falta de discurso crítico quanto à pergunta mais importante de todas: o que o jornalismo é. O risco desse desenvolvimento, de outra maneira notável, é que o campo de estudos de jornalismo, em seus esforços para a teorização, consolide-se ainda mais dentro das fronteiras imaginárias da profissão.

### **3. DESCENTRALIZAR A REDAÇÃO**

Até recentemente, a participação na construção discursiva do jornalismo para os jornalistas era estabelecida pelo fato de ser um empregado (como estudante, estagiário, ou como erudito, observando) em uma redação. A redação foi a forma dominante de emprego e de organização do trabalho em jornalismo (particularmente durante o século XX), cujo arranjo servia para estabilizar a indústria e andava de mãos dadas com a formação de práticas consensuais nos estudos e educação em jornalismo. A redação se tornou o local para ser um jornalista, para ser reconhecido como tal, e os estudiosos têm validado esse processo, defendendo abordagens etnográficas exclusivamente dedicadas às redações (PATERSON e DOMINGO 2008, 2011). Ao longo da história dos estudos de jornalismo, pesquisas muito citadas e de grande qualidade apareceram, desde o trabalho de David Manning-White (1950) sobre as seleções dos *gatekeepers* em um jornal metropolitano, as investigações de Jeremy Tunstall (1971) e Gaye Tuchman (1978), até os estudos mais recentes da redação de Pablo Boczkowski (2004), David Ryfe (2012), e Nikki Usher (2014).

Mesmo que esses estudos tenham sido importantes para lançar luz sobre como parte das notícias eram feitas, eles se concentram em “lugares problemáticos do campo de trabalho”, como C. W. Anderson (2011, p. 152) observa. Ele aponta, com razão, que as redações tradicionais “não podem servir como o nosso único modelo para o trabalho de campo” posto que “a própria definição de jornalismo está sendo contestada diariamente”. Esse foco muito limitado dos estudos de jornalismo não é simplesmente



um problema do atual clima de rápidas mudanças e desestabilizações do trabalho na redação. Nossa crítica é mais fundamental: durante toda a sua história, os estudiosos do jornalismo e das notícias têm apoiado o predomínio de certas interpretações sobre o (papel do) jornalismo, concentrando-se em arranjos institucionais específicos dentro de determinadas configurações privilegiadas. Como Karin Wahl-Jorgensen (2009, p. 23) coloca, a centralidade da redação nos estudos de jornalismo fez com que os estudiosos tendessem a se concentrar na cultura dos jornalistas a medida que ela emergia nas áreas limitadas de redações e outros locais centralizados da produção de notícias, geralmente prestando pouca atenção nos lugares, espaços, práticas e pessoas que estavam à margem dessa delimitação espacial do universo de feitura de notícias.

Tal centralidade da redação tem implicações para além do mero privilégio de alguns atores e da exclusão de outros: ela também levou a uma ênfase dada a “formas e aspectos rotineiros e controlados da produção de notícias” (ibid., p. 25). O consenso acadêmico sobre as rotinas profissionais que compõem a produção das notícias nas redações foi então consolidado no ensino de jornalismo, onde essas mesmas rotinas se tornaram elementos fixos nos programas curriculares para os impressos, a radiodifusão e as produções online. Cottle (2007, p. 10) observa que tal ênfase no “funcionalismo organizacional” privilegia rotinas e formas padronizadas de se fazer notícias em detrimento da diferenciação e da divergência. Mais do que isso, mesmo no âmbito da investigação centrada na redação, os estudiosos têm privilegiado o impresso sobre outros meios de comunicação, limitando ainda mais a gama de compreensões e definições de jornalismo. Além disso, o foco acadêmico dominante se volta para as glamorosas instituições de elite e prestígio localizadas nas grandes cidades do mundo ocidental capitalista, o que serve para solidificar tais lugares como os únicos considerados dignos de voz na articulação sobre o que o jornalismo é e sobre quem pode ser considerado um jornalista (WAHL-JORGENSEN, 2009; NERONE, 2013).

Como grande parte da coleta, edição e empacotamento das notícias ocorre em outro lugar, fora da sala de redação e em organizações que virtualizam o seu fluxo de trabalho, delegando atividades para repórteres e correspondentes que estão na rua, Wahl-Jorgensen (2009) observa que estamos vendo o começo do desaparecimento da redação. Anderson exorta-nos a acelerar esse processo de desvanecimento gradual e advoga pela “explosão da redação” na condução das etnografias da produção de notícias contemporâneas, defendendo uma abordagem que considere a produção de notícias como uma rede que transcende as fronteiras organizacionais. E, no entanto, Anderson

(2011, p. 160) conclui: “a redação não está extinta. Em muitos aspectos, ela é mais importante do que nunca, pois continua a ser, ainda hoje, um local central dentro do qual uma variedade de atores-redes fragmentados encontram-se unidos para a criação de uma atividade profissional”. Assim, nós temos que encontrar uma maneira de estarmos conscientes de que, como estudiosos, nós desempenhamos um papel limitador nas conceituações partilhadas do jornalismo através dessa centralidade da redação para, ao mesmo tempo, ajudarmos a compreender o jornalismo em suas mais amplas formas, práticas, plataformas e atores, tanto dentro como fora da sala de redação.

#### **4. DENTRO DA REDAÇÃO**

Mover-se além da redação é difícil porque isso nos empurra contra as fundações do arranha-céu que os estudos de jornalismo e da profissão de jornalista construíram em termos de sua auto-percepção dominante. Contudo, se assumirmos por um momento que, de fato, em alguns aspectos, a redação ainda é importante e fundamental para a compreensão do que o jornalismo contemporâneo é, o que nós, de fato, podemos ver dentro dessa reverenciada instituição? Primeiramente, podemos observar um monte de cadeiras vazias. O número de demissões no jornalismo - especialmente na mídia impressa - foi surpreendente na última década. Relatos de sindicatos e de associações de jornalistas como a *Media, Entertainment & Arts Alliance*, na Austrália, a *Society of Professional Journalists*, nos Estados Unidos, a *National Association of Journalists*, na Holanda e a *National Union of Journalists*, no Reino Unido, nos últimos anos, sugerem que seus membros veem seus colegas sendo demitidos (e não substituídos), que a falta de pessoal (*understaffing*) está em ascensão e que mais e mais jornalistas trabalham em bases contingentes. Profissionais têm hoje cada vez mais contratos e não carreiras no jornalismo - e, como relatam os estudiosos, o *stress* e o *burnout* estão em ascensão (REINARDY, 2011; O'DONNELL, ZION e SHERWOOD, 2015). Como um dos entrevistados do estudo de François Nel entre jornalistas demitidos no Reino Unido coloca, as redações de hoje são “locais de trabalho mergulhados na tristeza, medo, raiva e estresse” (2010, p. 40). A precariedade - tanto em termos de emprego quanto da qualidade do ambiente de trabalho - é parte da experiência vivida na redação contemporânea.

Das pessoas que estão alocadas na redação propriamente dita, algumas ainda desfrutam de um contrato permanente (incluindo benefícios e proteções). Esses funcionários, geralmente seniores, trabalham lado a lado a uma série de colegas em posições que são tudo menos estáveis ou estruturais: estagiários (não remunerados ou mal pagos), trabalhadores temporários, de tempo parcial e prestadores de serviço independentes que entram irregularmente. Mas não são apenas essas as modalidades de trabalho contratuais dos colegas de redação que estão sub-representadas nos debates da profissão (sobre si mesma) e, posteriormente, em pesquisas e etnografias das organizações noticiosas: as miríades de funções adicionais na redação, que variam de pessoal de apoio técnico, editores de texto, *ombudsmen* e outros representantes de leitores, designers e produtores, são deixadas de fora da equação também. Nos últimos anos, no entanto, essas funções têm-se multiplicado na redação com o surgimento de novos papéis e posições e são cada vez mais importantes na configuração da prática, da produção e da distribuição do jornalismo. Referindo-se especificamente à redação contemporânea, Piet Bakker (2014) sinaliza três novos papéis: 1) o jornalista técnico, como blogueiros, editores de áudio e vídeo, designers de infográficos, programadores, jornalistas de dados e aqueles envolvidos com a otimização das ferramentas de busca; 2) recolhedores, gerentes e curadores de informação; e 3) os editores de mídia social e gestores de comunidades, que atuam na moderação e edição das contribuições dos usuários.

Os empregos permanentes quase desapareceram da profissão e, geralmente, estágios não remunerados e outras formas de trabalho livre agora determinam o acesso. Tudo isso é acompanhado por um aumento do custo de entrada no jornalismo: um diploma escolar é o mínimo - para postos de trabalho na mídia nacional de qualidade, na prática, é necessário uma educação universitária de alto nível. As bolsas de estudo na maior parte do mundo desenvolvido foram cortadas, a sua duração foi reduzida e elas foram convertidas em empréstimos estudantis. A grande maioria dos recém-chegados na profissão começa como *freelances* ou alguma outra forma de jornalista independente. Para eles, a tabela de preços caiu estruturalmente ao longo da última década. Para usar os Países Baixos como um exemplo particular: não só as tarifas dos *freelances* diminuíram (até 50% para os fotógrafos de notícias) como quase metade dos jornalistas *freelances* holandeses dependem da renda de seu parceiro e 60% têm rendimentos mensais bem abaixo do salário mínimo (VINKEN e IJDENS, 2013). Dado o mercado estável e o sistema de mídia dos Países Baixos subsidiado pelo Estado, nós poderíamos

aventar que essa situação é a mesma, se não mais terrível, para os profissionais de notícias em outras nações desenvolvidas.

Certamente, as redações ainda estão criando posições, mas frequentemente são estruturas temporárias projetadas como estágios mais ou menos informais, muitas vezes com pouca ou nenhuma remuneração (em especial na radiodifusão e no online). Além disso, os novos empregos que estão disponíveis no jornalismo tendem a ser na área digital e, em número, não compensam as demissões em massa do último decênio (DEUZE e FORTUNATI, 2010). Com a dinâmica acelerada de reorganizações e remanejamentos, aquisições e demissões, novos proprietários e gestores, novas modalidades de trabalho e cortes no orçamento, o jornalismo tornou-se menos acessível a todos. Na verdade, se nós colocarmos isso de uma forma provocativa, ele parece ser, cada vez mais, um campo de atuação da classe abastada: somente para aqueles que podem se dar ao luxo de trabalhar por anos, ou até mesmo durante a maior parte de suas carreiras, abaixo ou com algo em torno do salário mínimo. Na verdade, é uma classe especial de pessoas que pode manter-se com uma renda baixa e continuamente precária, enquanto vive e trabalha nas maiores (e, portanto, mais caras) cidades, onde as principais organizações de mídia e de notícias estão em sua maioria localizadas.

No Reino Unido, um relatório 2014 feito pela comissão governamental *Social Mobility and Child Poverty* examinou a elitização crescente da profissão, concluindo que o progresso para posições (superiores) em jornalismo no país parece ser limitado<sup>4</sup>. Citando uma pesquisa de 2012 do *National Council for the Training of Journalists* (NCTJ), o relatório afirma que “dois terços dos novos trabalhadores em jornalismo ainda vêm de origens gerenciais e profissionais; eles são mais do que duas vezes mais propensos a serem dessa origem do que o restante da população”. Ainda, “83% dos novos trabalhadores fazem estágios (...) e 92% desses não são remunerados: isso pode ser um entrave para os provenientes de classes menos favorecidas”. Além disso, o estudo da NCJT mostrou que 72% dos recém-chegados em jornalismo têm dívidas quando eles começam a trabalhar na profissão (2012, p. 50) e a maior parte dos jornalistas (especialmente aqueles com funções fora do gerenciamento editorial nas redações de jornais) relata dúvidas sobre se o jornalismo é “uma profissão aberta e receptiva” (ibid., p. 52). A situação é semelhante nos Estados Unidos onde, desde 2010,

---

<sup>4</sup>Fonte:

[https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/347915/Elitist\\_Britain\\_-\\_Final.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/347915/Elitist_Britain_-_Final.pdf).

apenas 34% dos estudantes de jornalismo conseguem garantir um estágio remunerado, de acordo com uma reportagem da revista *The Economist*, de 2014<sup>5</sup>. A mesma reportagem discutiu o declínio da mobilidade social (cf. MACMILLAN, 2009), afirmando que “jornalistas costumavam vir de famílias 6% melhores do que a média, enquanto que agora eles vêm de lares que são 42% mais ricos (o que significa que eles provem de casas mais ricas do que os banqueiros da mesma idade)”<sup>6</sup>.

Embora a exclusividade de acesso à redação não seja novidade para o jornalismo, esse aspecto tende a ser negligenciado nos estudos de jornalismo. Essa crítica da tendência dos estudos de jornalismo a ignorar as dimensões das condições de emprego e trabalho, na forma como essas influenciam a feitura das notícias, não é específica para o jornalismo, mas pode ser feita a respeito da maior parte dos estudos de mídia. Na verdade, só nos últimos anos a questão do trabalho desfrutou de um aumento nas pesquisas acadêmicas sobre a indústria de mídia (BANKS, 2007; DEUZE, 2007; HESMONDHALGH e BAKER, 2011). Stephen Barley e Gideon Kunda (2001) levantaram um problema semelhante em relação ao campo dos estudos organizacionais como um todo, defendendo fortemente “a reintegração do trabalho nas teorias organizacionais”. Aqui, nós gostaríamos de defender essa integração nos estudos de mídia e jornalismo, dois campos precários para se trabalhar. Isto nos permitiria abordar a diversidade de papéis, funções e conhecimentos das pessoas atuantes no trabalho da mídia em geral e na feitura das notícias, em particular.

Além dos problemas da centralidade da redação e dos parâmetros negligenciados do trabalho noticioso dentro de redações existentes, o jornalismo tem se diversificado (já há algum tempo) e adotado muitas formas diferentes de captação de notícias, de produção e de divulgação, particularmente no online. Esses modos “pós-industriais” de trabalho só recentemente foram considerados importantes, mas ainda em locais relativamente marginais na teorização do jornalismo.

## **5. JORNALISMO PÓS-INDUSTRIAL**

De acordo com C. W. Anderson, Emily Bell e Clay Shirky (2011), o jornalismo está evoluindo para um modelo “pós-industrial” de notícias. Em um relatório para o

---

<sup>5</sup> Com base em dados do Annual Survey of Journalism & Mass Communication Graduates: <http://www.grady.uga.edu/annualsurveys/index.php>.

<sup>6</sup> Fonte: <http://www.economist.com/news/international/21615612-temporary-unregulated-and-often-unpaid-internship-has-become-route>.

*TOW Center for Digital Journalism*, eles argumentam que, para que o jornalismo se adapte ao novo ambiente midiático (com as suas implicações sociais, econômicas e culturais inerentes), a profissão precisa de novas táticas, de uma nova auto-concepção e de novas estruturas organizacionais. O relatório alude a uma tendência que pauta as indústrias criativas de um modo mais geral: uma mudança gradual dos modos centralizados e hierárquicos da produção industrial para o que Castells (2010) cunhou como uma forma empresarial de produção em rede. As relações entre capital e trabalho na nossa sociedade ao mesmo tempo global e local, defende Castells, são cada vez mais individualizadas. Esse tipo de modalidade pós-industrial de produção integra o processo de trabalho globalmente através de telecomunicações digitais, transporte, cliente e redes de consumidores. Os trabalhadores se veem colaborando ou coordenando as suas atividades com os membros de equipes em diferentes partes da empresa, às vezes localizadas em diferentes partes do mundo.

O personagem em rede e integrado da produção de notícias é amplificado pela natureza muitas vezes translocalizada do processo de produção midiática, à medida que as indústrias de mídia utilizam financiamentos transversais, *offshores*, terceirizações e vários tipos de subcontratação no processo de produção para reduzir custos e redistribuir riscos. No jornalismo, a terceirização é chamada de “jornalismo por controle remoto”, uma vez que as organizações de notícias mobilizam especializações ou divisões inteiras para outras partes do mundo (MOSCO, 2009, p. 350-1; COMPTON e BENEDETTI, 2010, p. 495)<sup>7</sup>. Em outro uso do termo, “jornalismo por controle remoto” refere-se ao aumento da dependência dos jornalistas e das redações ocidentais de seus contatos, fontes, repórteres e correspondentes locais em áreas de conflito (em especial no Oriente Médio)<sup>8</sup>. Em uma revisão de 30 anos de coberturas estrangeiras, Richard Sambrook (2010) sinaliza uma abordagem mais fluida da cobertura de notícias, conforme as organizações de notícias proeminentes dos Estados Unidos e do Reino Unido passam a confiar mais em jornalistas com pouca experiência na área de atuação, jornalistas de tempo parcial e freelances. Por conseguinte, não é surpresa que as imagens terríveis de jornalistas capturados, torturados e assassinados vindos de grupos jihadistas no Paquistão, Síria e Iraque (desde a decapitação de Daniel Pearl, do Washington Post, em 2002) sejam todas de repórteres freelances. Como um relatório de 2008 para a Câmara

---

<sup>7</sup> Veja também: <http://deuze.blogspot.nl/2006/11/remote-control-journalism.html>.

<sup>8</sup>Fonte:

[http://www.slate.com/articles/news\\_and\\_politics/press\\_box/2004/10/journalism\\_by\\_remote\\_control.html](http://www.slate.com/articles/news_and_politics/press_box/2004/10/journalism_by_remote_control.html).

dos Lordes no Reino Unido observou, os cortes orçamentais em organizações de notícias têm levado a uma escala global de retrocesso no investimento na captação de notícias e em correspondentes estrangeiros especificamente. E, como Martin Chulov relatou no *The Guardian* (de 21 de Agosto de 2014), as organizações de mídia, confrontadas com orçamentos cada vez mais apertados e referências oblíquas para a definição de suas bases mínimas, recorrem a freelances (muitas vezes ansiosos) que trabalham sem “nenhuma segurança, sem cobertura de despesas ou mesmo de passagens para levá-los de volta para casa novamente”<sup>9</sup>.

Como qualquer outro trabalho de mídia, a produção pós-industrial de notícias ainda tende a ser realizada nos escritórios e nos andares de trabalho de instituições específicas - incluindo redações, mas também em casa; incluindo os escritórios e ateliês dos coletivos editoriais e *startups* de jornalismo, bem como nos cafés com *Wi-Fi* como o novo cenário emergente de produção da mídia urbana (HARTMANN, 2009). Como grande parte do trabalho é contingente, *freelance* e temporário, as pessoas constantemente entram e saem das instituições, que continuamente reconstituem a equipe de forma dinâmica e (assim) o processo de produção. Além disso, sob uma cultura de mídia em constante modificação, em direção a uma maior interatividade e a práticas bidirecionais e co-criativas (JENKINS, 2006), (espera-se) que os profissionais de mídia e suas audiências cada vez mais trabalhem juntos, para conversar, colaborar e co-criar. Esse processo, amplificado pelas novas tecnologias de mídia, acelera o fluxo de pessoas, processos e ideias através dessas organizações, e as ferramentas que temos usado nos estudos de jornalismo até agora se concentram (e são moldadas) em uma redação estática, tirando um instantâneo que sugere um estilo de trabalho fixo e uma força de trabalho estável.

Uma ferramenta ontológica útil para se referir à dinâmica das redações e para interpretar o que acontece dentro e entre elas é o conceito de Hallett e Ventresca (2006) de *instituições habitadas*. A redação é considerada, de um lado, como “a fornecedora de matérias-primas e orientações” para a forma como as pessoas trabalham e, por outro, as várias pessoas que se deslocam para dentro e para fora da redação através das suas interações podem ser vistas como produtoras da instituição, colocando-a em movimento. O foco dessa conceituação do trabalho noticioso se desloca da ideia de instituições como representações abstratas e macroestruturais para aquela da

---

<sup>9</sup> Fonte: <http://www.theguardian.com/media/2014/aug/21/james-foley-freelance-journalists-exploited-media-outlets>.



“complexidade institucional” (DELBRIDGE e EDWARDS, 2013, p. 927) e para “entendimentos de associação profissional” heterogêneos (BECHKY, 2011, p. 1157). O ponto não é dizer que as instituições noticiosas contemporâneas são habitadas e as do passado não o eram – o jornalismo sempre foi muito mais dinâmico e diverso do que ele se permitiu ser e do que foi interpretado por estudiosos de jornalismo. O ponto é que precisamos de novas formas de compreensão para a mudança dos papéis das instituições de produção de notícias e jornalismo.

O que determina os resultados da produção de notícias em instituições habitadas são os rituais de interação do cotidiano e os arranjos informais, juntamente com a construção e negociação de sentido pelos indivíduos (e redes de trabalho) envolvidos – trata-se de um entendimento, além disso, fundamentado em uma compreensão realista crítica dos membros e das associações de tais instituições em constante transformação e modificação. O pertencimento, no jornalismo, não é apenas determinado por estar em uma sala de redação ou ficar fora dela (com a esperança de conseguir entrar em uma). Há um alto grau de fluxo, o que borra os limites do dentro e do fora da redação e do seu ambiente. Nós precisamos rever a nossa compreensão das redações e, mais do que isso, nós precisamos entender o seu papel para além do trabalho que é feito dentro de seus limites. A atenção que o campo dos estudos de jornalismo está começando a prestar ao trabalho nas fronteiras é bem-vinda, mas propomos uma problematização ainda maior da nossa compreensão de redação e das organizações produtoras de notícias como (local físico de) foco.

## **6. ALÉM DAS ORGANIZAÇÕES**

Considerando o contexto individualizado, precário e contingente do trabalho de mídia, em geral, e da feitura de notícias, em particular, torna-se imperativo interrogar criticamente a noção de “organização” como o quadro operacional para analisar o que é fazer jornalismo e ser jornalista. A ênfase nos estudos das organizações contemporâneas foi mudando, desde explicar o comportamento da organização como uma entidade macroestrutural em si até abraçar a ideia de que organizações devem ser entendidas como sistemas abertos de atividades interdependentes que se ligam deslocando coalizões de participantes em redes intra e interorganizacionais (BAKER e FAULKNER, 2005). Sob essa luz, Gernot Grabher (2002) sugere mudarmos o nosso

foco da empresa como um ator econômico coerente e unitário, geralmente não problematizado, para as práticas organizacionais que são construídas em torno de projetos, envolvendo uma ecologia de alianças (ou equipes) mutáveis entre os trabalhadores do interior e os de fora da empresa.

Aqui, nós gostaríamos de defender tal abordagem para os estudos de jornalismo. Por um lado, uma abordagem tão aberta nos permite olhar para as organizações como unidades frouxamente integradas de indivíduos que trabalham juntos, muitas vezes temporariamente, enquanto, por outro lado, permite o reconhecimento igualmente necessário de que ainda grande parte do trabalho nos meios de comunicação é feito dentro do contexto de estruturas e arranjos organizacionais observáveis. O desenvolvimento da produção em rede e da nova comunicação, bem como das tecnologias de produção e distribuição, facilitaram a proliferação de muitas pequenas empresas e organizações capazes de fornecer serviços especializados e de nicho para as empresas de mídia regionais, nacionais e multinacionais que são, em geral, mais rígidas e burocraticamente estruturadas (DEUZE, 2007, p. 87-88). Com o objetivo de fazer uma transição para um tipo mais flexível de produção, as empresas de mídia e de produção de notícias têm tendido a se reorganizarem, nos últimos anos, em várias unidades menores, ou mudaram para um estilo de trabalho e gestão mais descentralizado, baseado em equipes - tentando nivelar hierarquias existentes nas empresas.

Um exemplo específico desse tipo de arranjo é a introdução de sequências de desenvolvimento ágil em renomadas empresas de notícias, como o *Washington Post*, *NPR*, *Politiken* e a *BBC*. Isso se refere a um conjunto de princípios de gestão comumente utilizados no desenvolvimento de softwares e que, no contexto de produção de notícias, estipula projetos de ritmo acelerado com ciclos de vida curtos e o trabalho de equipes temporárias, baseadas na integração de pessoas de diferentes partes da empresa - repórteres, editores, designers, desenvolvedores, pesquisadores de mercado e gestores. Referindo-se à indústria da publicidade, Richard Sennett lamenta que tal trabalho em equipe seja uma “prática de grupo de uma superficialidade degradante” (1998, p. 99), sugerindo que a cultura super-adaptativa e de curta duração desses grupos é emblemática da moderna política econômica flexível.

Temos pouco conhecimento desse tipo de trabalho no campo dos estudos de jornalismo (LEWIS e WESTLUND, 2014), mas os resultados de estudos organizacionais dentro de indústrias criativas em geral sugerem que, dentro de muitos desses conglomerados, a partilha de conhecimento ou a fertilização cruzada de ideias e

projetos é de fato bastante mínima e não tende tanto a depender de relações estruturais intra-empresariais (no jargão dos negócios: sinergias), mas sim de redes pessoais, informais e afetivas (GRABHER e IBERT, 2006). Essas redes alongam os limites institucionais e são constituídas por profissionais de diferentes áreas de trabalho, atuando sob diferentes arranjos contratuais (se é que são contratados).

As mudanças na maneira como o trabalho de feitura de notícias é organizado - lançando as bases para a nossa proposta de redesign das pesquisas nos estudos de jornalismo - não só afeta a imprensa como instituição, mas também tem impactos sobre as carreiras individuais. Peterson e Anand (2004) sugerem que as carreiras nessa indústria fragmentada e flexibilizada tendem a seguir dois caminhos diferentes. O primeiro é o de uma carreira de baixo para cima, em grande parte estabelecida através da participação, ao longo da vida, em instituições verticalmente estruturadas, onde a senioridade, a experiência e um sistema transparente de salários orientam o profissional para cargos mais elevados na hierarquia da empresa, resultando em posições mais ou menos permanentes dentro da redação. Em ambientes mais competitivos, onde a organização do trabalho é adaptada para a produção flexível, “as carreiras tendem a ser caóticas e a promover a inovação cultural” e “os empresários com sensor de mercado de construção de carreira promulgam carreiras construídas de cima para baixo, iniciando a partir das margens da profissão e das convenções existentes”. Hoje, uma terceira trajetória pode ser adicionada: a “carreira manta de retalhos” (MICHEL, 2000), do indivíduo atipicamente empregado ou dos trabalhadores por conta própria, que encontram a sua permanência na impermanência, para sempre flexibilizados no exterior e no interior das instituições noticiosas.

Até meados de 1990, as carreiras institucionais de baixo para cima dominavam o jornalismo. A título de exemplo: em 1993, 13% dos jornalistas holandeses trabalhavam como freelances; em 2000, esses números atingiram 21% de todos os jornalistas nos Países Baixos e, em 2010 (a última contagem formal), 46% eram freelances no campo (HERMANS, VERGEER e PLEIJTER, 2011). A Associação Nacional de Jornalistas Holandeses, tradicionalmente organizada em torno de departamentos que representam os diferentes meios - jornais, revistas, radiodifusão e jornalistas online -, em 2015, teve como sua maior seção a de “independentes” com 2.128 pessoas (de um total de 7.400 membros). Em 2013, várias organizações que representam jornalistas na Holanda colaboraram em uma pesquisa sobre seus freelances ou membros que trabalhavam de forma independente (DEUZE, 2014, p. 125). Dois terços desses jornalistas que

trabalhavam de forma independente preferiam esse tipo de arranjo ao invés de um emprego permanente, de tempo integral, em uma redação. As principais motivações citadas para essa escolha foram liberdade, flexibilidade, oportunidade e paixão pelo empreendedorismo.

## **7. A INTRODUÇÃO DO EMPREENDEDORISMO**

Esse quadro de condições de trabalho cada vez mais flexibilizadas e precárias para os jornalistas e os profissionais de mídia corresponde às tendências do mercado de trabalho como um todo, uma vez que as tendências globais mostram um crescimento contínuo dos negócios independentes e do empreendedorismo freelance apesar da (ou inspirados pela) crise econômica em curso. Nessa crise, as organizações noticiosas têm testemunhado grandes cortes no orçamento, dispensas por redução de quadros, reorganizações e reduções consideráveis. Respondendo a rupturas tecnológicas (WITSCHGE, 2012a) e a mudanças de práticas da audiência (WITSCHGE, 2012b), as práticas de produção estão passando por mudanças rápidas. Os gestores e empregadores enfatizam cada vez mais a importância da “empresa” como um atributo individual, ao invés de organizacional ou baseado na ideia de firma (DU GAY, 1996). A noção de indivíduo empreendedor no contexto de uma economia em transformação não é um conceito novo para as indústrias criativas e alguns autores têm argumentado que estamos vivendo atualmente na sociedade empresarial (ver, por exemplo, AUDRETSCH, 2007). Mas o surgimento do profissional empreendedor no jornalismo é um fenômeno relativamente recente, coincidindo com um colapso gradual da divisão entre os lados comercial e editorial das organizações de notícias, cujo desenvolvimento vem como uma (indesejável) surpresa para muitos na indústria.

Robert Picard sugere que a profissionalização do jornalismo – que fez com que os jornalistas em geral desfrutassem de uma autonomia sem precedentes em seu trabalho - pode ser considerada como um fator para o fato de que a maioria dos jornalistas esteja mal equipada para lidar com os aspectos comerciais da feitura de notícias, uma vez que o processo simultaneamente separou os jornalistas das decisões nos negócios e os removeu de qualquer responsabilidade pelas ações e pela sustentabilidade da organização<sup>10</sup>. Confrontado com desafios difíceis e perturbadores

---

<sup>10</sup> Fonte: <http://themediabusiness.blogspot.nl/2010/01/biggest-mistake-of-journalism.html>.

em muitas frentes, o negócio de notícias exige que seus trabalhadores assumam cada vez mais as responsabilidades da empresa (ou empresas, no caso de pessoas com “carreiras manta de retalhos” que carregam uma carteira de vários clientes (ver PLATMAN, 2004)). Na International Newsroom Summit, de 2014, em Amsterdã, parte da conferência anual da World Association of Newspapers, os editores, por exemplo, apontaram para um futuro necessário e inevitável onde os papéis de produção de conteúdo, marketing e vendas na organização do trabalho jornalístico seriam integrados<sup>11</sup>. Tendências como a integração dos aspectos editoriais e de negócios nas organizações noticiosas, a convergência contínua do impresso, da radiodifusão e das editorias no jornalismo online nas empresas de jornalismo digital (GRUESKIN, SAEVE e GRAVES, 2011) e a introdução de trabalhos feitos por projetos (tais como os de desenvolvimento ágil) mostram que tais práticas de trabalho hibridizadas não são exclusivas para jornalistas freelances (COMPTON e BENEDETTI, 2010).

Mudando-se o conceito de empresa - com suas conotações de eficiência, produtividade, capacitação e autonomia - da companhia para o indivíduo, isso passa a fazer parte da identidade profissional de cada trabalhador, seja ele empregado de forma contingente ou não. Essa mudança reconstitui “os trabalhadores como mais adaptáveis, flexíveis e dispostos a moverem-se entre as atividades e atribuições e a assumirem a responsabilidade por suas próprias ações, seus sucessos e fracassos” (STOREY, SALAMAN e PLATMAN, 2005, p. 1036). Nessa economia empreendedora, jornalistas-empresários cada vez mais abrem as suas próprias empresas - algo semelhante a seus colegas em outras partes do setor criativo como agências de publicidade ou gravadoras independentes, formando coletivos editoriais ou de feitura de reportagens, bem como *startups*. A emergência da cultura do *startup* é global: desde os primeiros anos do século XXI, novas empresas jornalísticas independentes (geralmente de pequena escala e exclusivamente online) têm se formado ao redor do mundo (para a Europa, consulte BRUNO e KLEIS NIELSEN, 2012; para a Austrália, consulte SIMONS, 2013; para os EUA, ver SCHAFFER, 2010 e COATES NEE, 2014).

Essa mudança de foco para o empreendedorismo não ocorreu só na indústria. Pesquisadores e educadores têm acompanhado isso em relação aos trabalhos acadêmicos e à inovação curricular, instando ainda mais os jornalistas a assumirem o empreendedorismo como um elemento central de sua identidade (para uma visada

---

<sup>11</sup> Observação pessoal de Deuze como painalista na Conferência. Veja: <http://blog.wan-iffra.org/2014/10/09/change-has-always-been-about-mindset-and-culture-not-about-tools-mark-deuze>.

crítica, ver ANDERSON, 2014). Cursos e graduações de jornalismo empresarial têm sido desenvolvidos em países tão variados como os EUA, Reino Unido, Canadá, França, Colômbia, México e Países Baixos (BAINES e KENNEDY, 2010; MENSING e RYFE, 2013; VÁZQUEZ SCHAICH e KLEIN, 2013; VAN DER KAMP, SIMONS, VAN TEEFFELLEN e SCHMETZ, 2014). Ao enfatizar traços individuais, habilidades, atitudes e mentalidades, esse currículo ainda prevê o futuro do jornalismo na forma de jornalistas que (sozinho ou em colaboração) são capazes de rentabilizar o conteúdo de formas inovadoras, conectar-se com a audiência a partir de novos formatos interativos, aproveitar as oportunidades e responder a (e moldar) o seu entorno (BRIGGS, 2012).

Há, contudo, uma série de problemas com essa conceituação de empreendedorismo. Em primeiro lugar, embora possamos encontrar algum otimismo entre os trabalhadores independentes, estudos na Alemanha (ERTEL et al., 2005), na Austrália (GREGG, 2011), no Reino Unido (HESMONDHALGH e BAKER, 2010) e nos EUA (NEFF, WISSINGER e ZUKIN, 2005) mostram consistentemente os efeitos psicossociais adversos, o aumento dos níveis de estresse e a má saúde subjetiva geral entre os trabalhadores de mídia freelancers. A liberdade real ou percebida de se trabalhar como um “independente” é vista como um custo por muitos. Ao apresentar o empresário como um “salvador” (SØRENSEN, 2008) do jornalismo, pouca atenção é direcionada para esses custos. A compreensão acadêmica está ficando para trás do rápido movimento que a indústria está fazendo em direção ao empreendedorismo e a conceituação atual do jornalismo empreendedor tende a ignorar o fato de que uma abordagem empresarial para a produção de notícias é exigida tanto para aqueles que trabalham de forma independente como para quem está dentro do conforto da redação.

Uma segunda questão mais fundamental sobre o empreendedorismo em jornalismo é o fato de que ele é geralmente apresentado como um atributo individual, o que tende a reforçar o credo das trajetórias de trabalho modernas de que “você está sozinho”. O empreendedorismo é, assim, apresentado como o agenciamento individual para fazer as coisas acontecerem (em particular, para fazer o sucesso acontecer), enquanto as questões estruturais e informais (muitas vezes arbitrarias) subjacentes aos processos de produção não são resolvidas (GÖRLING e REHN, 2008). Como Hans Landström e Bengt Johannisson explicam, “o empreendedorismo é um fenômeno que está além das habilidades e atributos individuais. O empreendedorismo engloba, para nós, a organização de recursos e de colaboradores em novos padrões de acordo com as oportunidades percebidas” (2001, p. 228). Assim, é fundamental entender o jornalismo

empresarial em termos de suas redes formais e informais, das equipes e associações profissionais e dos arranjos que frequentemente ultrapassam as fronteiras das organizações de notícias grandes ou pequenas.

## **8. ALÉM DO JORNALISMO**

Nesse cenário precário – onde as redações não fornecem um necessário ambiente de trabalho seguro, as organizações de notícias estão cada vez mais com o imperativo da “agilidade”, o acesso à profissão é altamente limitado e os jornalistas individuais são responsáveis pelo sucesso econômico do campo – ser um profissional jornalista atuante significa, para a maioria, ter que executar um além do jornalismo<sup>12</sup>. Trabalhar nesse ambiente hoje exige jornalistas muito mais engajados do que qualquer profissão poderia pedir - sem a maior parte das seguranças, confortos e benefícios usufruídos pelo pertencimento a uma profissão. Normalmente, toda profissão pede certo tipo de compromisso, mas os jornalistas da era digital têm que estar comprometidos para além disso, posto que o seu trabalho é inseguro, o seu salário é limitado, a confiança da audiência é precária e o seu tempo se estende para além dos limites de um prazo de impressão ou de um horário de transmissão. Dos jornalistas, é constantemente esperado que eles requalifiquem, desqualifiquem e superqualifiquem as suas práticas e rotinas de trabalho, muitas vezes sem qualquer orientação direta da forma como a sua organização ou o seu cliente operam. Ao fazer isso, eles se movem precariamente para dentro e para fora das redações e das organizações de notícias, grandes e pequenas, tentando fazer a diferença e enfrentar as despesas em um mercado altamente competitivo.

Nesse contexto, entender o jornalismo significa compreender a movimentação pessoal dos jornalistas para além das proteções institucionais e dos privilégios da profissão. É esse engajamento pessoal, afetivo e, por vezes, apaixonado com o trabalho de notícias que, no período do “alto modernismo” (HALLIN, 1992) do jornalismo, foi geralmente chamado de jornalistas que vivem e respiram a notícia. No jornalismo pós-industrial de hoje tal atitude é esperada em um contexto profundamente precário e, como tal, pede um novo quadro de referências. Há uma notável falta de atenção para as dimensões afetivas e sociais da produção noticiosa tanto em trabalhos teóricos quanto

---

<sup>12</sup> O termo “além do jornalismo” foi cunhado por Jo Bardoel em 1996, quando ele propôs uma função instrumental adicional de jornalismo (direcionando o fluxo social do debate) acima e além de sua função orientadora tradicional (recolhimento e disponibilização de informações de interesse geral; ver também DEUZE, 2005).



empíricos sobre o jornalismo e seus jornalistas (para uma exceção, consulte WAHL-JORGENSEN, 2013). A conceituação do jornalismo como uma prática estável ou como um conjunto de rotinas seguido por um conjunto limitado de atores, que é empiricamente acessada através do ponto de acesso da redação e entendida exclusivamente através da sua importância para a democracia, simplesmente não permite uma visão sobre a miríade real de práticas, conceituações, implicações, bem como para a diversidade de atores e atuantes que moldam de uma forma ou de outra o que o jornalismo é (ou o que ele está se tornando).

Nós gostaríamos de terminar este artigo com uma discussão sobre algumas das possíveis razões para o foco enganosamente sólido dos estudos e da educação em jornalismo em detrimento da natureza geralmente complexa do campo, e por que o ambiente do jornalismo se fecha entre essas barras ao invés de dar voz aos seus profissionais sobre o que ele é (e o que o seu futuro reserva). Em primeiro lugar, no plano conceitual, as organizações de notícias têm sido tradicionalmente vistas como macroestruturas unitárias, concentrando a atenção dos pesquisadores diretamente sobre as suas práticas, os seus resultados e o seu impacto sobre o público. Esse foco coincide com a política institucional de bolsas de estudos para os objetos de investigação de mais alta visibilidade: as empresas de mídia de maior prestígio em parte do mundo. Os estudos de jornalismo, como uma disciplina emergente, têm estado sempre perto (e sido leal) ao seu objeto de investigação – não apenas porque muitos professores costumavam ser jornalistas, mas também porque as definições normativas de jornalismo conferem um estatuto especial para determinadas formas de jornalismo (ver também ZELIZER, 2013). A propensão de instituições de financiamento a favorecerem projetos com parceiros proeminentes e a tendência de estudiosos e alunos a privilegiarem o perfil de indivíduos e organizações considerados “estrelas” não ajudam a desafiar esse foco, mas sim, a promovê-lo. Há considerações metodológicas de trabalho também: até o fim da década de 1990, a maior parte dos jornalistas, de fato, realizou o seu trabalho dentro das redações, frequentemente no contexto de uma trajetória de carreira mais ou menos sólida. Isso fez da redação uma unidade ordenadamente delimitada e prontamente disponível de análise. Há um corolário contemporâneo quanto a isso também, uma vez que a redação não é ainda apenas importante – mais do que isso, ela ainda está lá, enquanto os lugares alternativos de análise ainda não são facilmente encontráveis.

Mas, se realmente queremos ser capazes de dizer algo significativo sobre o que o jornalismo é, o que faz a produção de notícias e como o trabalho de um jornalista é

feito, nós precisamos começar a incluir redes muito maiores de pessoas do que aquelas que temos até agora quase que exclusivamente estudado: os empregados permanentes contratados de grandes organizações de notícias que passam a maior parte de seu tempo trabalhando dentro das redações. Ampliar a nossa visão, contudo, não é uma mera expansão da nossa amostra: nós temos que repensar a nossa compreensão tanto do papel das organizações (para além das instituições estáveis de notícias) quanto dos indivíduos (para além do empreendedor como um salvador do jornalismo). Precisamos encontrar maneiras de abordar o jornalismo em sua construção através das práticas cotidianas e da variedade de (auto)compreensões do jornalismo que cercam a profissão. Essas práticas e essa construção discursiva gradualmente ganham espaço fora e para além do contexto industrial ordenadamente delimitado da redação e já é hora de começamos a prestar a atenção, tanto empírica quanto teoricamente, que esse tema merece. Como o jornalismo passou a se configurar nesse processo de mover-se para além de si mesmo?

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDERSON, C.W. Blowing up the newsroom: Ethnography in an Age of Distributed Journalism. Domingo, D. Paterson, C. (Eds), *Making Online News*. New York: Peter Lang, 2011.

ANDERSON, C.W. The Sociology of the Professions and the Problem of Journalism Education. *Radical Teacher* 99(2), 2014, p. 62–68.

Anderson, C. W., Bell, E., Shirky, C. *Post-industrial journalism: Adapting to the present*. New York: Columbia Journalism School, Tow Center for Digital Journalism, 2013.

AUDRETSCH, DAVID B. *The Entrepreneurial Society*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

BAINES, D., KENNEDY, C. An education for independence. *Journalism Practice*, 4(1), 2010, p. 1-17.

BAKKER, P. Mr. Gates returns: curation, community management and other new roles for journalists. *Journalism Studies* 15(5), 2014, p. 596-606.

- BANKS, M. *The Politics of Cultural Work*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.
- BARLEY, S., KUNDA, G. Bringing work back in. *Organization Science* 12(1), 2001, p. 76-95.
- BECHKY, B. Making Organizational Theory Work: Institutions, Occupations, and Negotiated Orders. *Organization Science* 22(5), 2011, p. 1157-1167.
- BOCZKOWSKI, P. *Digitizing the news: innovation in online newspapers*. Boston: MIT Press, 2004.
- BOEYINK, David. Casuistry: a case-based method for journalists. *Journal of Mass Media Ethics* 7(2), 1992, p. 107-120.
- BREED, Warren. Social control in the newsroom. *Social Forces* 33, 1955, p. 326-35.
- BRIGGS, M. *Entrepreneurial journalism*. New York, CQ Press, 2011.
- BRUNO, N., KLEIS NIELSEN, R. *Survival is Success: Journalistic Online Start-Ups in Western Europe*. Reuters Institute for the Study of Journalism, 2012.
- CARLSON, M., LEWIS, S. (Eds) *Boundaries of Journalism: Professionalism, Practices and Participation*. London: Routledge, 2014.
- CASTELLS, M. *The Rise of the Network Society*. 3<sup>rd</sup> edition. Cambridge, MA and Oxford: Blackwell, 2010.
- CHIA, R. From modern to postmodern organizational analysis. *Organization Studies* 16(4), 1995, p. 579-604.
- CLAUSSEN, D. CUNY's Entrepreneurial journalism: partially old wine in a new bottle, and not quite thirst-quenching, but still a good drink. *Journalism & Mass Communication Educator* 66(3), 2011, p. 3-6.
- COATES Nee, R. Social responsibility theory and the digital nonprofits: Should the government aid online news startups? *Journalism* 15(3), 2014, p. 326-343.
- COMPTON, J.R., BENEDETTI, P. Labour, new media and the institutional restructuring of journalism. *Journalism Studies* 11(4), 2010, p. 487-499.

COSTERA MEIJER, I. The public quality of popular journalism: developing a normative framework. *Journalism Studies* 2(2), 2001, p. 189-205.

COTTLE, S. Ethnography and news production: new(s) developments in the field. *Sociology Compass* 1, 1-16. 10.1111/j.1751-9020.2007.00002.x, 2007.

DELBRIDGE, R., EDWARDS, T. Inhabiting Institutions: Critical Realist Refinements to Understanding Institutional Complexity and Change. *Organization Studies* 34(7), 2013, p.927-947.

DEUZE, M. What is Journalism? Professional Identity and Ideology of Journalists Reconsidered. *Journalism* 6(4), 2005, p. 443-465.

DEUZE, M. *Media Work*. Cambridge: Polity Press, 2007.

DEUZE, M. Journalism, Media Life, and the Entrepreneurial Society. *Australian Journalism Review* 36(2), 2014, p. 119-130.

DEUZE, M., FORTUNATI, L. Journalism without journalists. In: Meikle, G., Redden, G. (ed.), *News Online: Transformation and Continuity*, pp.164-177. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

DU GAY, P. *Consumption and identity at work*. London: Sage, 1996

ERTEL, M., PECH, E., ULLSPERGER, P., VON DEM KNESEBECK, O., SIEGRIST, J. Adverse psychosocial working conditions and subjective health in freelance media workers. *Work & Stress* 19(3), 2005, p. 293-299.

GIERYN, T.F. Boundary-Work and the Demarcation of Science from Non-Science: Strains and Interests in Professional Ideologies of Scientists. *American Sociological Review* 48(6), 1983, p. 781-795.

GÖRLING, S., REHN, A. Accidental ventures—A Materialist Reading of Opportunity and Entrepreneurial Potential. *Scandinavian Journal of Management* 24(2), 2008, p. 94–102.

GRABHER, G. The project ecology of advertising: tasks, talents and teams. *Regional Studies* 36(3), 2002, p. 245-262.

- GREGG, M. *Work's intimacy*. Cambridge: Polity, 2011.
- GRUESKIN, B., SEAVE, A., GRAVES, L. *The Story So Far: what we know about the business of digital journalism*. New York: Tow Center for Digital Journalism, 2011.
- HALLETT, T., VENTRESCA, M. Inhabited Institutions: Social Interactions and Organizational Forms in Gouldner's Patterns of Industrial Bureaucracy. *Theory and Society* 35(2), 2006, p. 213-236.
- HALLIN, D. The passing of the "high modernism" of American journalism. *Journal of Communication* 42 (3), 1992, p. 14-25.
- HANITZSCH, T. Deconstructing Journalism Culture: Toward a Universal Theory. *Communication Theory* 17, 2007, p. 367-385.
- HARTMANN, M. The Changing Urban Landscapes of Media Consumption and Production. *European Journal of Communication* 24(4), 2009, p. 421-436.
- HERMANS, L., VERGEER, M., PLEIJTER, A. *Nederlandse journalisten in 2010*. Radboud Universiteit Nijmegen, 2001.
- HESMONDHALGH, D. BAKER, S. *Creative labour: media work in three cultural industries*. Abingdon and New York: Routledge, 2010.
- HOUSE OF LORDS, SELECT COMMITTEE ON COMMUNICATIONS. *The Ownership of the News; Volume I*. London: The Stationary Office Limited, 2008.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *The changing nature of work: a global survey and case study of atypical work in the media industry*. 2006. Relatório de Pesquisa. URL: <http://www.ifj.org/pdfs/ILOReport070606.pdf>.
- JENKINS, H. *Convergence culture: where old and new media collide*. New York: New York University Press, 2006.
- JOSEPHI, B. De-Coupling Journalism and Democracy: Or How Much Democracy Does Journalism Need? *Journalism* 14(4), 2013, p. 441-445.
- KOVACH, B., ROSENSTIEL, T. *The Elements of Journalism*. 3<sup>rd</sup> edition. New York: Crown, 2104.

LANDSTRÖM, H., JOHANISSON, B. Theoretical foundation of Swedish entrepreneurship and small-business research. *Scandinavian Journal of Management* 17, 2001, p. 225- 248.

LEWIS, S. The Tension between Professional Control and Open Participation: Journalism and Its Boundaries. *Information, Communication & Society* 15(6), 2021, p. 836–866.

LEWIS, S., WESTLUND, O. Actors, Actants, Audiences, and Activities in Cross-Media News Work. *Digital Journalism* 3(1), 2014, p. 19-37.

MACMILLAN, L. *Social Mobility and the Professions*. Centre for Market and Public Organisation, 2009.

MANNING-WHITE, D. The ‘Gate Keeper’: a case study in the selection of news. *Journalism Quarterly* 27(4), 1950, p. 383-390.

MEIJER, I. C., KORMELINK, T. G. Checking, sharing, clicking and liking: changing patterns of news use between 2004 and 2014. *Digital Journalism*, 2014, DOI: 10.1080/21670811.2014.937149.

MENSING, D. H. AND D.M. RYFE. Blueprint for change: From the teaching hospital to the entrepreneurial model of journalism education. *#ISOJ The Official Research Journal of the International Symposium on Online Journalism* 2(2), 2103, p. 144-161.

MICHEL, L. *Qualifikationsanforderungen in der professionellen Multimedia – Produktion*. Köln: AIM.2000.

MITCHELL, A. State of the news media 2014. *PewResearch Journalism Project*, March 26, 2014. Available: <http://www.journalism.org/2014/03/26/state-of-the-news-media-2014-overview>. Accessed: 21 October 2014.

MOSCO, V. The future of journalism. *Journalism* 10(3), 2009, p. 350-352.

NATIONAL COUNCIL FOR THE TRAINING OF JOURNALISTS. *Journalists at Work Survey*. NCTJ, 2012.

NEFF, G., WISSINGER, E., ZUKIN, S. Entrepreneurial labor among cultural producers: “cool” jobs in “hot” industries. *Social Semiotics* 15(3), 2005, p. 307-334.

NEFF, G., STARK, D. Permanently beta. In: Lievrouw, Leah, Livingstone, Sonia (Eds.), *Handbook of new media*, 173-188. London: Sage, 2004.

NEL, F. *Laid off: what do UK journalists do next?* UCLAN/Journalism.co.uk Report. Preston: UCLAN, 2010.

NERONE, JOHN. The Historical Roots of the Normative Model of Journalism. *Journalism* 14(4), 2013, p. 446–458.

PATERSON, Chris; DOMINGO, David. *Making online news*, 1<sup>st</sup> edition. New York: Peter Lang, 2008.

PATERSON, Chris; DOMINGO, David. *Making online news*, 2<sup>nd</sup> edition. New York: Peter Lang, 2011.

PETERSON, R., ANAND, N. The production of culture perspective. *Annual Review of Sociology* 30, 2004, p. 311–34.

PLATMAN, K. “Portfolio careers” and the search for flexibility in later life. *Work, Employment and Society* 18(3), 2004, p. 573-599.

REINARDY, S. Newspaper journalism in crisis: Burnout on the rise, eroding young journalists’ career commitment. *Journalism* 12(1), 2011, p. 33-50.

RYFE, D. *Can journalism survive?* Cambridge: Polity Press, 2012.

SAMBROOK, R. *Are Foreign Correspondents Redundant? The changing face of international news*. Reuters Institute for the Study of Journalism, 2010.

SCHAFFER, J. *Networked-Journalism: What works. Lessons from nine collaborative journalism pilot projects*. Washington: J-Lab: the Institute for Interactive Journalism American School of Communication, 2012.

SCHOLL, A. Journalismus als Gegenstand empirischer Forschung: ein Definitionsvorschlag. *Publizistik* 42(4), 1997, p. 468-486.



SCHUDSON, M. *The sociology of news*. New York: W.W. Norton & Company, 2003.

SCHUDSON, M. *Why democracies need an unlovable press*. Cambridge: Polity, 2008.

SENNETT, R. *The culture of the new capitalism*. New Haven: Yale University Press, 2006.

SIMONS, M. (Ed.) *What's Next in Journalism?* Brunswick: Scribe, 2013.

SØRENSEN, B. M. 'Behold, I Am Making All Things New': The Entrepreneur as Savior in the Age of Creativity. *Scandinavian Journal of Management* 24, 2008, p.85–93.

STEARNS, J. *Acts of Journalism: Defining Press Freedom in the Digital Age*. New York: Free Press, 2013.

STEENSEN, S., AHVA, L. Theories of journalism in a digital age. *Journalism Practice* 9(1), 2015, p. 1-18.

STOREY, J., SALAMAN, G., PLATMAN, K. Living with enterprise in an enterprise economy: freelance and contract workers in the media. *Human Relations* 58(8), 2005, p. 1033-1054.

TUCHMAN, G. Making news by doing work: routinizing the unexpected. *American Journal of Sociology* 78(1), 1973, p. 110-131.

TUCHMAN, G. *Making news: a study in the construction of reality*. New York: Free Press, 1978.

TUNSTALL, J. *Journalists at work: specialist correspondents: their news organizations, news sources, and competitor-colleagues*. London: Constable, 1970.

TURNER, F. Actor-Networking the News. *Social Epistemology* 19(4), 2005, p. 321–324.

VAN DER KAMP, G., SIMONS, M., VAN TEEFFELLEN, B. SCHMETZ, W. *Innovation by educating enterprising journalists*. Tilburg: Fontys, 2014.

VÁZQUEZ SCHAICH, M.J., KLEIN, J.S. Entrepreneurial journalism education: where are we now? *Observatorio (OBS\*)* 7(4), 2013. 185-211.

VINKEN, H., IJDENS, T. *Freelance Journalisten, Schrijvers en Fotografen*. Tilburg: Pyrrhula, 2013.

WAHL-JORGENSEN, K. News production, ethnography, and power: on the challenges of newsroom-centricity. *Journalism and Antropology*, 21-35. Bloomington: IU, 2009.

WAHL-JORGENSEN, K. The strategic ritual of emotionality: A case study of Pulitzer Prize-winning articles. *Journalism* 14(1), 2103, p. 129-145.

WAISBORD, S. *Re-inventing professionalism*. Cambridge: Polity Press, 2013.

WEISCHENBERG, S., MALIK, M., SCHOLL, A. Journalismus in Deutschland 2005. *Media Perspektiven* 7, 2006, p. 346-361.

WILLNAT, Lars, WEAVER, David, CHOI, Jihyang The global journalist in the twenty-first century. *Journalism Practice*, 2013, DOI:10.1080/ 17512786.2012.753210.

USHER, N. *Making news at the New York Times*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2014.

ZELIZER, B. *Taking journalism seriously: news and the academy*. London: Sage, 2004.

ZELIZER, B. On the Shelf Life of Democracy in Journalism Scholarship. *Journalism* 14(4), 2013, p. 459–473.

**TRADUZIDO POR:**

Profª. Dra. Eliza Bachega Casadei